



SUMÁRIO

TEORIA GERAL DA JUSTIÇA MULTIPORTAS

| | |
|--|-----------|
| 1. É URGENTE CONSTRUIR ALTERNATIVAS À JUSTIÇA | 33 |
| <i>José Renato Nalini</i> | |
| 2. ACESSO À JUSTIÇA E SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS DE INTERESSES | 41 |
| <i>Kazuo Watanabe</i> | |
| I. Importância do estudo dos conflitos de interesses e das estratégias e técnicas adequadas de sua prevenção e solução como capítulo do Direito Processual Civil | 41 |
| II. Conflitos de interesses não canalizados para o Poder Judiciário..... | 43 |
| III. Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses..... | 46 |
| IV. Atualização do conceito de acesso à justiça..... | 47 |
| V. Transformação da “cultura da sentença” em “cultura da pacificação”..... | 48 |
| 3. GESTÃO JUDICIAL E SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO | 49 |
| <i>Henrique Ávila e Trícia Navarro Xavier Cabral</i> | |
| 1. Introdução..... | 49 |
| 2. Governança judicial..... | 51 |
| 3. O fortalecimento de mecanismos legítimos de solução adequada de conflito.... | 53 |
| 4. Reflexos da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos... | 54 |
| 5. Análise prospectiva do tema..... | 57 |
| 6. Referências..... | 57 |
| 4. BREVE ENSAIO SOBRE A POSTURA DOS ATORES PROCESSUAIS EM RELAÇÃO AOS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS | 59 |
| <i>Rodrigo Mazzei e Bárbara Seccato Ruis Chagas</i> | |
| 1. Introdução..... | 59 |
| 2. As partes | 61 |
| 3. Os auxiliares da justiça: conciliadores e mediadores | 66 |
| 3.1 Outros auxiliares da justiça: o oficial de justiça..... | 69 |
| 4. Advogados, defensores públicos e Ministério Público | 70 |
| 5. O juiz | 75 |

| | |
|---|------------|
| 6. Breve fechamento..... | 77 |
| Referências | 77 |
| 5. MAGISTRATURA & MEDIAÇÃO | 81 |
| <i>Juliana Loss de Andrade</i> | |
| 1. Generalidades | 81 |
| 2. Magistrados e o início da mediação | 82 |
| 3. Magistrados e o processo de mediação..... | 84 |
| 4. Magistrados e o fim da mediação..... | 85 |
| 5. Considerações Finais..... | 87 |
| 6. REFLEXÕES SOBRE A NEGOCIAÇÃO E A MEDIAÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 89 |
| <i>Luciano Badini</i> | |
| 1. Introdução..... | 89 |
| 2. As ondas de acesso à justiça..... | 90 |
| 3. A moderna teoria do conflito e o Ministério Público..... | 91 |
| 4. Negociação, mediação e conciliação na Resolução CNMP nº 118/2015 | 92 |
| 5. O novo CPC e o Ministério Público..... | 94 |
| 6. A lei de mediação e o Ministério Público..... | 96 |
| 7. DE FISCAL DA LEI A FISCAL DA ORDEM JURÍDICA. A SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS COMO NOVO ESPAÇO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL | 99 |
| <i>Alexandre Sikinowski Saltz</i> | |
| 8. A (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO: CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS (COMPOSIÇÕES EM JUÍZO, PRERROGATIVAS PROCESSUAIS, ARBITRAGEM, NEGÓCIOS PROCESSUAIS E AÇÃO MONITÓRIA) – VERSÃO ATUALIZADA PARA O CPC/2015..... | 113 |
| <i>Eduardo Talamini</i> | |
| 1. Introdução..... | 114 |
| 2. O direito material: a indisponibilidade do interesse público, seu núcleo essencial e suas gradações..... | 114 |
| 3. O dever de submissão à legalidade, independentemente de determinação judicial..... | 115 |
| 4. O princípio geral da não-necessariedade da intervenção jurisdicional nas relações de direito público..... | 116 |
| 5. Indisponibilidade do direito material <i>versus</i> indisponibilidade da pretensão à tutela jurisdicional estatal..... | 117 |
| 6. O direito processual | 117 |
| 6.1. Os mecanismos estritamente processuais de indisponibilidade..... | 118 |
| 6.2. O dever de a Administração cumprir suas obrigações permanece depois de instaurado o processo judicial | 119 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 7. | A eventual renúncia a direitos pelo particular, na composição com a Administração..... | 120 |
| 8. | Limites e condicionantes à composição em exame..... | 121 |
| 9. | Transação propriamente dita..... | 122 |
| 10. | Arbitragem e Poder Público | 123 |
| 10.1. | O requisito da “disponibilidade”..... | 123 |
| 10.2. | O requisito da patrimonialidade..... | 125 |
| 10.3. | Síntese..... | 126 |
| 10.4. | Panorama doutrinário e jurisprudencial..... | 126 |
| 11. | Negócios processuais e Administração Pública..... | 128 |
| 12. | Ação monitória e Fazenda Pública..... | 129 |
| 13. | Encerramento..... | 131 |
| 9. | TRANSAÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS? | 133 |
| | <i>Elton Venturi</i> | |
| 1. | O enigma dos direitos indisponíveis..... | 133 |
| 2. | Autotutela e direitos indisponíveis..... | 136 |
| 3. | Direitos indisponíveis, adjudicação pública e meios alternativos de resolução de conflitos | 138 |
| 4. | Transação e direitos indisponíveis..... | 141 |
| 5. | O controle sobre a livre manifestação das vontades dos titulares dos direitos indisponíveis e a ponderação sobre a razoabilidade do procedimento negocial..... | 146 |
| 5.1. | O meio ambiente é negociável?..... | 148 |
| 5.2. | A probidade administrativa é negociável?..... | 150 |
| 5.3. | A liberdade individual e a pretensão punitiva estatal são negociáveis?..... | 153 |
| 6. | Disponibilidade dos direitos indisponíveis?..... | 157 |
| | Referências bibliográficas..... | 159 |
| 10. | JUSTIÇA MULTIORTAS E TUTELA ADEQUADA EM LITÍGIOS COMPLEXOS: A AUTOCOMPOSIÇÃO E OS DIREITOS COLETIVOS | 161 |
| | <i>Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.</i> | |
| 1. | Generalidades. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Justice</i>) como justiça adequada.... | 162 |
| 2. | Da alternatividade à adequação..... | 163 |
| 3. | Da possibilidade de autocomposição nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia ao direito em que se funda a ação coletiva..... | 164 |
| 4. | O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial..... | 166 |
| 4.1. | Generalidades..... | 166 |
| 4.2. | Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial)..... | 169 |
| 4.3. | A concreção de direitos e deveres a partir dos compromissos de ajustamento de conduta..... | 170 |
| 5. | Audiência preliminar de mediação ou conciliação (art. 334, CPC)..... | 171 |
| 6. | Negócios jurídicos processuais coletivos..... | 173 |
| 7. | A autocomposição em ação de improbidade administrativa..... | 174 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 7.1. | A revogação do art. 17, §1º, Lei n. 8.429/1992. A necessária interpretação histórica. A colaboração premiada e o acordo de leniência como negócios jurídicos processuais atípicos no processo de improbidade administrativa..... | 174 |
| 7.2. | A autocomposição e o pedido de ressarcimento ao erário..... | 176 |
| 8. | Controle da autocomposição pelo juiz. O dever de controle do mérito do acordo e da legitimação adequada..... | 177 |
| 9. | Limites à autocomposição nos processos coletivos..... | 179 |
| 10. | Outras ponderações contra o acordo judicial: fiscalização do desequilíbrio econômico e de informações entre as partes..... | 180 |
| 11. | O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> | 181 |
| 12. | A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas..... | 182 |
| 13. | Design de Sistemas de Disputas (DSD)..... | 183 |
| 14. | Conclusões..... | 185 |
| 11. | O ACORDO REALIZADO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO NAUFRÁGIO DO NAVIO HAIDAR EM BARCARENA/PA AOS OLHOS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO | 189 |
| | <i>Debora da Silva Vieira, Jean Carlos Dias e Gisele Santos Fernandes Góes</i> | |
| | Introdução..... | 190 |
| 1. | Síntese fática do caso do naufrágio do Haidar e seu desdobramento: a transação realizada na ação civil pública..... | 191 |
| 2. | A transação no Código de Processo Civil explorada sob a ótica da análise econômica do direito..... | 194 |
| 3. | A escolha racional <i>versus</i> a assimetria de informações e os consequentes vieses..... | 197 |
| 4. | O exame do acordo realizado na ação civil pública aos olhos da análise econômica do direito e suas possíveis e problemáticas consequências..... | 199 |
| 4.1. | Um breve cotejo sobre os fundamentos do direito ambiental: os princípios prudenciais do poluidor-pagador, da prevenção e da precaução..... | 199 |
| 4.2. | Os vieses dos legitimados ativos ao firmar o acordo na ação civil pública do caso do navio Haidar..... | 200 |
| | Considerações finais..... | 204 |
| | Referências bibliográficas..... | 205 |
| 12. | CONFLITUALIDADE IMANENTE E RESOLUTIVIDADE CONSTRUÍDA: PERSPECTIVAS DA LEI DE MEDIAÇÃO SOB AS LENTES DA ORALIDADE | 209 |
| | <i>Emerson Garcia</i> | |
| 1. | Aspectos Introdutórios..... | 209 |
| 2. | A conflitualidade imanente à condição humana..... | 213 |
| 3. | A resolutividade construída pelo mediador..... | 217 |
| | Epílogo..... | 221 |
| | Referências bibliográficas..... | 222 |

| | |
|---|-----|
| 13. NEGOCIAÇÃO DIRETA OU RESOLUÇÃO COLABORATIVA DE DISPUTAS (COLLABORATIVE LAW): “MEDIAÇÃO SEM MEDIADOR” | 225 |
| <i>Antonio do Passo Cabral e Leonardo Carneiro da Cunha</i> | |
| 1. Apresentação | 226 |
| 2. Breves notas sobre a mediação e a conciliação | 227 |
| 3. A negociação direta ou resolução colaborativa de disputas: do <i>common law</i> ao Brasil | 230 |
| 4. Vantagens da resolução colaborativa | 234 |
| 5. Convenção de procedimento participativo francesa | 235 |
| 6. Aplicabilidade da resolução colaborativa de conflitos ao direito processual brasileiro | 237 |
| 7. Possibilidade de utilização da técnica por órgãos públicos: Defensorias Públicas, Advocacia Pública, Ministério Público. Aplicabilidade pelos Escritórios-Modelo e Núcleos de Prática Jurídica das Faculdades de Direito | 237 |
| 8. Conclusão | 238 |
| 9. Bibliografia | 238 |
| 14. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO SECRETÁRIO DE REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO: SOBRE A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE UM EXÉRCITO DE MEDIADORES | 241 |
| <i>Fernando Gama de Miranda Netto e Stela Tannure Leal</i> | |
| 1. Introdução | 241 |
| 2. Fundamentação teórica | 242 |
| 3. Quebra-cabeças na análise do discurso crítica | 243 |
| 3.1. Análise textual | 243 |
| 3.2. Análise da prática discursiva | 250 |
| 3.3. Análise da prática social | 252 |
| 4. Dominação da profissão do mediador pela voz da toga | 254 |
| 5. Um fabuloso mercado | 254 |
| 6. Considerações finais | 256 |
| 7. Referências | 256 |
| 15. PUNTO DE VISTA: MARC/ADR Y DIVERSIDAD DE CULTURAS: EL EJEMPLO LATINOAMERICANO | 259 |
| <i>Eduardo Oteiza</i> | |
| 1. Las dificultades de una visión que abarque diferentes países y subregiones | 259 |
| 2. América Latina. Decepciones y esperanzas | 261 |
| 3. Imprecisiones conceptuales. La imposición de un acrónimo y la relatividad de las fronteras entre los MARC | 265 |
| 4. El acceso a la justicia como un problema de política pública cuya solución debe tener presente razones sustantivas y contemplar desigualdades | 269 |
| 5. Crisis de confianza en el Servicio de Justicia y los mecanismos alternativos como una parte de un plan de reformas. Iniciativas de ayuda internacional y los MARC | 271 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 6. | El desarrollo de los MARC en América Latina. La incidencia de los programas de apoyo a los MARC..... | 274 |
| 7. | Conclusión..... | 278 |
| 16. | LA MEDIAZIONE NELLE LEGISLAZIONI STRANIERE..... | 279 |
| | <i>Remo Caponi</i> | |
| | La Francia..... | 279 |
| | L'Inghilterra..... | 280 |
| | La Germania..... | 280 |
| | L'Austria..... | 280 |
| | Riflessioni..... | 281 |
| 17. | NOTAS SOBRE CONCILIADORES E CONCILIAÇÃO..... | 283 |
| | <i>Mauro Cappelletti (Trad. e Revisado por Hermes Zaneti Jr.)</i> | |
| 18. | O ACESSO AO SISTEMA JUDICIAL E OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS: ALTERNATIVIDADE EFECTIVA E COMPLEMENTARIEDADE..... | 297 |
| | <i>Paula Costa e Silva</i> | |
| 1. | Ponto de ordem..... | 297 |
| 2. | O tema..... | 299 |
| 3. | Os meios alternativos pré-contenciosos..... | 306 |
| 4. | O princípio de <i>minimis non curat praetor</i> e a jurisdição dos julgados de paz..... | 308 |
| 5. | A preferência da autonomia face à heteronomia..... | 309 |
| 6. | A arbitragem e o sistema judicial..... | 311 |
| 7. | O actual ponto de ruptura do direito de acção: o direito à satisfação efectiva.... | 312 |
| 19. | CONCILIAÇÕES E ARBITRAGENS NO BRASIL DO SÉCULO XIX..... | 313 |
| | <i>Adriana Pereira Campos</i> | |
| 1. | Introdução..... | 313 |
| 2. | Conciliação e Arbitragem: a Tradição Lusitana..... | 314 |
| 3. | A Conciliação e a Arbitragem como Ato Judicial..... | 316 |
| 4. | A Prática da Conciliação e da Arbitragem no Brasil Império..... | 319 |
| 5. | Conclusões..... | 324 |
| | Referências..... | 324 |
| | Documentos..... | 324 |
| | Bibliografia..... | 325 |
| 20. | NOVAMENTE O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO E OS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... | 327 |
| | <i>Diogo Rezende de Almeida</i> | |
| 1. | Prólogo..... | 327 |
| 2. | Considerações iniciais..... | 329 |
| 3. | Métodos de solução de conflitos..... | 331 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 4. | Mediação compulsória..... | 333 |
| 5. | Princípio da adequação..... | 341 |
| 5.1. | Das limitações dos métodos impositivos..... | 341 |
| 5.2. | Aplicação do princípio da adequação nos métodos de solução de conflitos..... | 342 |
| 5.2.1. | Os sistemas de método único e de multiportas..... | 344 |
| 6. | Conclusão..... | 347 |
| 7. | Referências Bibliográficas..... | 348 |
| 21. | O ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS: ENTRE O APROFUNDAMENTO DAS SOLUÇÕES DE CONFLITO E O POSTERGAMENTO DAS SOLUÇÕES DE CONSENSO..... | 351 |
| | <i>Hugo Luz dos Santos</i> | |
| §§ 1. | Introdução: a fadiga dos mecanismos formais de controlo e o olvido dos mecanismos informais de controlo | 352 |
| §§ 2. | Mecanismos formais de controlo: em busca de uma nova cultura judiciária que alçapreme a substância e «meta a forma no bolso»..... | 354 |
| §§ 3. | O acesso ao direito e aos tribunais como afloramentos da dignidade da pessoa humana e como direitos fundamentais positivados: a tese da necessidade (Robert Alexy)..... | 356 |
| §§ 3.1. | A ponderação casuística entre o direito de acção e o direito a uma decisão em prazo razoável: a relação de mútua implicação entre os direitos fundamentais positivados e o modo temporalmente cômputo de os exercer em juízo..... | 358 |
| §§ 3.2. | Os desdobramentos dos direitos fundamentais positivados (tutela jurisdicional efectiva e o direito de acção): a vertente subjectiva; a vertente objectiva; a vertente funcional e a vertente temporal..... | 359 |
| §§ 3.2.1. | A vertente subjectiva..... | 359 |
| §§ 3.2.2. | A vertente objectiva..... | 359 |
| §§ 3.2.3. | A vertente funcional | 360 |
| §§ 3.2.4. | A vertente temporal..... | 360 |
| §§ 4. | «Message in a bottle» para o legislador de Macau: O princípio da gestão processual terá de se voltar mais para o mérito da causa e menos para a forma: o <i>case management</i> inglês e a gestão material do processo (<i>materieller Verfahrensleitung</i>)..... | 361 |
| §§ 5. | Os mecanismos informais de controlo: a instância processual é uma relação jurídica complexa de direito público e uma comunidade de trabalho (<i>Arbeitsgemeinschaft</i>) que não dispensa o consenso..... | 365 |
| §§ 5.1. | O consenso como artefacto comunicativo (Niklas Luhmann) e como uma comunidade de comunicação ideal (Jürgen Habermas) no processo civil.... | 367 |
| §§ 6. | Conclusões..... | 368 |
| 22. | THE MODERN CIVIL PROCESS IN ENGLAND: LINKS BETWEEN PRIVATE AND PUBLIC FORMS OF DISPUTE-RESOLUTION..... | 371 |
| | <i>Neil Andrews</i> | |
| 1. | Introduction..... | 371 |
| 2. | 'Need for more focus': court litigation and the woolf reforms..... | 372 |

| | | |
|-----------------------------------|---|------------|
| 3. | Mediation and arbitration distinguished..... | 379 |
| 4. | Links between mediation, arbitration, and court litigation..... | 379 |
| 5. | Arbitration..... | 383 |
| 6. | Mediation..... | 391 |
| 7. | Conclusion..... | 395 |
| 23. | THE IMPLEMENTATION OF THE CONSUMER ADR DIRECTIVE IN BELGIUM | 397 |
| | <i>Stefaan Voet</i> | |
| A. | Introduction..... | 397 |
| B. | Scope of Application..... | 399 |
| C. | Internal Complaints Procedures..... | 400 |
| D. | Consumer Mediation Service..... | 401 |
| | 1. Structure and Functioning..... | 401 |
| | 2. Tasks..... | 404 |
| | 3. Procedure..... | 406 |
| E. | ADR Entities..... | 408 |
| | 1. Overview..... | 408 |
| | 2. Act of 4 April 2014..... | 411 |
| F. | Belmed..... | 415 |
| G. | Conclusions..... | 417 |
| H. | Bibliography..... | 419 |
| | Literature..... | 419 |
| | Legislation..... | 420 |
| | Articles 1676-1723 Belgian Code of Civil Procedure..... | 420 |
| | Abstract..... | 421 |
| | Keywords..... | 421 |
| 24. | RISOLUZIONE DELLE CONTROVERSIE E ALTERNATIVE AL PROCESSO: UN'INTRODUZIONE TEORICA..... | 423 |
| | <i>Elisabetta Silvestri</i> | |
| 1. | Introduzione..... | 423 |
| 2. | Cenni sulla storia moderna dei metodi alternativi..... | 424 |
| 3. | Vantaggi e svantaggi delle alternative al processo..... | 427 |
| 4. | Ipotesi di classificazione dei metodi di risoluzione delle controversie..... | 428 |
| | Bibliografia essenziale..... | 430 |
| JUSTIÇA MULTIPORTAS NO CPC | | |
| 25. | ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A LEI DE MEDIAÇÃO E O CPC/2015 | 433 |
| | <i>Trícia Navarro Xavier Cabral</i> | |
| 1. | A evolução legislativa da mediação..... | 433 |
| 2. | Principais aspectos da Lei de Mediação..... | 437 |
| 3. | A mediação e o novo CPC..... | 439 |
| 4. | Comparativo entre a Lei de Mediação e o CPC/2015..... | 440 |
| | 4.1. Incidência e conceito da mediação..... | 440 |
| | 4.2. Escolha do mediador e princípios..... | 441 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 4.3. | Objeto da mediação e a atividade dos mediadores | 441 |
| 4.4. | Impedimento e suspeição do mediador..... | 442 |
| 4.5. | Da impossibilidade do exercício da mediação | 442 |
| 4.6. | O tratamento dos mediadores..... | 443 |
| 4.7. | Do procedimento | 445 |
| 4.8. | A confidencialidade..... | 449 |
| 4.9. | Mediação e Administração Pública | 449 |
| 4.10. | Disposições gerais | 450 |
| 5. | Direito intertemporal..... | 450 |
| 6. | Referências..... | 452 |
| 26. | O NOVO CPC E O MODELO MULTIORTAS: OBSERVAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA..... | 455 |
| | <i>João Luiz Lessa Neto</i> | |
| 1. | Introdução..... | 455 |
| 2. | O modelo multiportas no NCPC..... | 458 |
| 3. | A implementação dos meios alternativos: os desafios | 459 |
| 3.1. | O desafio estrutural..... | 460 |
| 3.2. | O desafio educacional ou de formação | 460 |
| 3.3. | O desafio cultural..... | 463 |
| 4. | Algumas observações sobre a implementação do modelo multiporta e a posição dos tribunais na vigência do NCPC..... | 466 |
| 5. | Conclusões: enfrentando os desafios..... | 467 |
| 27. | A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... | 469 |
| | <i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Guilherme Kronenberg Hartmann</i> | |
| 1. | Aspiração legislativa e comparações rituais..... | 469 |
| 2. | Figura do conciliador e do mediador e sua escolha..... | 472 |
| 3. | Procedimento | 473 |
| 3.1. | Presença e ausência..... | 473 |
| 3.2. | Designação e realização..... | 474 |
| 3.3. | Adiamento e dispensa | 477 |
| 3.4. | Litisconsórcio passivo..... | 480 |
| 3.5. | Pauta de audiência: intervalo mínimo entre as sessões; fracionamento da sessão e realização por meio eletrônico | 481 |
| 4. | Realização da audiência de conciliação ou de mediação nos procedimentos especiais..... | 482 |
| 5. | Palavras finais..... | 484 |
| | Referências | 484 |
| 28. | EXISTE POSSIBILIDADE DE ACORDO NO NOVO CPC?..... | 487 |
| | <i>Irapuã Santana do Nascimento da Silva</i> | |
| I. | Introdução..... | 487 |

| | | |
|------------|--|------------|
| II. | Aplicabilidades da mediação/conciliação | 488 |
| III. | Das barreiras da negociação..... | 491 |
| IV. | Princípio da igualdade..... | 492 |
| V. | Política de mediação/conciliação..... | 492 |
| VI. | Vícios de vontade | 496 |
| VII. | Conclusão..... | 499 |
| | Referências bibliográficas | 499 |
| 29. | CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE CONFLITO – NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO | 505 |
| | <i>Paulo Valério Dal Pai Moraes</i> | |
| 1. | Introdução..... | 505 |
| 2. | Breves considerações sobre o conflito | 509 |
| 3. | Métodos autocompositivos – negociação, mediação e conciliação..... | 511 |
| 3.1. | Negociação..... | 511 |
| 3.2. | Mediação | 514 |
| 3.3. | Conciliação | 517 |
| 4. | Métodos autocompositivos e o Ministério Público | 518 |
| | Bibliografia..... | 523 |
| 30. | A AUDIÊNCIA DO ART. 334 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS PRIMEIROS ANOS DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS: AFRONTA À VOLUNTARIEDADE OU INCENTIVO AOS MEIOS CONSENSUAIS | 525 |
| | <i>Ana Cândida Menezes Marcato</i> | |
| 1. | A expansão dos meios de resolução de conflito..... | 525 |
| 2. | O Atual código de processo civil e o estímulo ao sistema multiportas de resolução de conflitos..... | 528 |
| 3. | A voluntariedade na mediação e a audiência do art. 334, CPC..... | 529 |
| 4. | A adequada interpretação sistemática..... | 532 |
| 5. | Primeiras experiências práticas..... | 533 |
| | Referências Bibliográficas | 535 |
| 31. | AUDIÊNCIA(S) E SESSÃO(ÕES) DE MEDIAÇÃO NA LEI DE MEDIAÇÃO (LEI Nº 13.140/2015) E NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO (LEI Nº 13.105/2015)..... | 537 |
| | <i>Maurício Vasconcelos Galvão Filho</i> | |
| 1. | Introdução..... | 537 |
| 2. | Da audiência de mediação | 541 |
| 3. | Da sessão de mediação..... | 543 |
| 4. | Da ausência de melhor método e da existência do meio mais adequado..... | 544 |
| 5. | Da primeira audiência judicial de mediação como audiência facultativa de pré-mediação: da adequada interpretação do artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015..... | 545 |
| 6. | Da audiência ou sessão de pré-mediação ou inicial..... | 549 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 7. | Uma análise mais detalhada das audiências ou sessões de mediação..... | 551 |
| 8. | Do termo de adesão a mediação: sua importância, a questão do sigilo e os seus requisitos mínimos..... | 554 |
| 9. | Do término da mediação e da lavratura do termo de conclusão da mediação (com acordo ou sem acordo)..... | 555 |
| 10. | Considerações finais..... | 556 |
| 32. | NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS SOBRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO | 559 |
| | <i>Júlia Lipiani e Marília Siqueira</i> | |
| 1. | Considerações introdutórias..... | 559 |
| 2. | Negócio jurídico processual..... | 561 |
| 2.1. | Conceito..... | 561 |
| 2.2. | A cláusula geral de negócio processual no Código de Processo Civil..... | 563 |
| 3. | Os negócios jurídicos processuais acerca da mediação e da conciliação..... | 566 |
| 3.1. | Negócios jurídicos processuais sobre o mediador ou conciliador e sobre a câmara privada de mediação ou conciliação..... | 566 |
| 3.2. | Negócios jurídicos processuais sobre o procedimento de mediação ou conciliação..... | 568 |
| 3.3. | Negócios jurídicos processuais sobre as situações jurídicas dos sujeitos envolvidos na mediação ou conciliação..... | 571 |
| 4. | Síntese conclusiva..... | 578 |
| | Referências bibliográficas..... | 580 |
| 33. | CONCILIAÇÃO – AS TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E A NOVA POLÍTICA JUDICIÁRIA INSTITUÍDA PELO CPC/2015 NA JUSTIÇA FEDERAL | 583 |
| | <i>Américo Bedê Júnior e Cristiane Conde Chmatalik</i> | |
| | Introdução. Da heterocomposição às técnicas alternativas de resolução do conflito... .. | 583 |
| 1. | A importância da negociação como técnica de resolução de conflitos..... | 585 |
| 2. | Mediação e conciliação: diferenças conceituais..... | 587 |
| 3. | A conciliação na Justiça Federal da 2ª Região – Rio de Janeiro e Espírito Santo..... | 589 |
| 4. | A Nova Lei de Mediação: breves reflexões..... | 591 |
| 5. | O Código de Processo Civil e a Conciliação..... | 592 |
| 6. | Conclusão. Da esperança de uma nova prática consensual no judiciário brasileiro..... | 594 |
| 34. | JUSTIÇA MULTIPORTAS E O PROCEDIMENTO DE PRODUÇÃO “ANTECIPADA” DE PROVAS SEM REQUISITO DE URGÊNCIA NO NOVO CPC: A TEORIA DOS JOGOS E A IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO SEM CALCULABILIDADE DE RISCOS | 597 |
| | <i>Vitor de Paula Ramos</i> | |
| | Introdução..... | 598 |
| 1. | Algumas premissas | 599 |
| 1.1. | A produção antecipada de provas sem requisito de urgência no novo CPC como forma, em tese, de aumento de chance de acordos..... | 599 |
| 1.2. | A teoria dos jogos e a produção antecipada de provas como jogo..... | 601 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 2. | O jogo e os resultados: sem calculabilidade não há escolhas racionais..... | 605 |
| 2.1. | Os <i>payoffs</i> da produção “antecipada” e do processo judicial com e sem calculabilidade..... | 605 |
| 2.2. | Os precedentes, as cortes supremas e a valoração racional da prova: algumas condições necessárias para que a produção “antecipada” sem urgência funcione..... | 609 |
| | Conclusões..... | 611 |
| | Bibliografia..... | 612 |
| 35. | A AÇÃO AUTÔNOMA DE AUTOCOMPOSIÇÃO..... | 615 |
| | <i>Helio Antunes Carlos</i> | |
| 1. | Introdução..... | 615 |
| 2. | A justiça multiportas e a busca do tratamento adequado do conflito..... | 616 |
| 3. | As mudanças estruturais do direito processual..... | 618 |
| 4. | A ação autônoma de autocomposição..... | 624 |
| 5. | Conclusão..... | 629 |
| | Referências bibliográficas..... | 629 |
| 36. | O PAPEL DO JUIZ NA TENTATIVA DE PACIFICAÇÃO SOCIAL APÓS O ADVENTO DO NOVO CPC E A LEI DE MEDIAÇÃO. A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO A SEREM EMPREENDIDAS PELO PRÓPRIO MAGISTRADO. O JUIZ PODE SER CONCILIADOR OU MEDIADOR?..... | 633 |
| | <i>José Herval Sampaio Júnior</i> | |
| 1. | Delimitação do tema e considerações iniciais sobre a atividade judicial com vista à obtenção da pacificação social..... | 633 |
| 2. | Meios consensuais de solução de conflitos e suas vantagens. Da condição de alternativos a preferenciais e obrigatórios..... | 637 |
| 3. | Distinção entre conciliação e mediação..... | 639 |
| 4. | Utilização pelo magistrado das técnicas de conciliação e mediação..... | 641 |
| 5. | Mediação Familiar e desafios contemporâneos..... | 649 |
| 6. | Limites formais e materiais para o uso da Mediação e Conciliação pelos Juízes..... | 655 |
| 7. | Considerações finais em arremate..... | 658 |
| | Bibliografia..... | 660 |
| 37. | SERVENTIA EXTRAJUDICIAL: POTENCIALIDADES DE UM CENTRO MULTIPORTAS DE GESTÃO DE CONFLITOS..... | 661 |
| | <i>Paula Castello Miguel e Ricardo Goretti</i> | |
| | Introdução..... | 662 |
| 1. | Sobre o método..... | 663 |
| 2. | Acesso à justiça: significações e limitações ao exercício de um direito fundamental..... | 665 |
| 3. | Contornos da crise de administração da justiça no Brasil..... | 667 |
| 4. | O papel das serventias extrajudiciais no contexto do sistema multiportas brasileiro..... | 670 |
| 4.1. | Sistema multiportas de gestão de conflitos..... | 670 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 4.2 | Serviços notariais e de registro | 673 |
| 5. | Potencialidades das serventias extrajudiciais e suas contribuições para a efetivação do acesso à justiça no Brasil..... | 676 |
| | Conclusão..... | 678 |
| | Referências..... | 679 |
| 38. | CEJUSC/JT: UMA NOVA REALIDADE, UM NOVO CAMINHO. ANÁLISE DOS AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA PÚBLICA DE CONCILIAÇÃO EM ÂMBITO TRABALHISTA..... | 681 |
| | <i>Roberta de Melo Carvalho</i> | |
| | Introdução..... | 681 |
| 1. | Contexto cultural..... | 682 |
| 2. | Nupemec e Cejusc em âmbito trabalhista e a atuação primordial da Conaproc.... | 684 |
| 3. | A formação..... | 685 |
| 4. | Código de ética..... | 686 |
| 5. | A prática e reflexões sobre resultados..... | 687 |
| | Conclusão..... | 687 |
| | Referências Bibliográficas..... | 688 |
| 39. | O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A CONCILIAÇÃO NOS PROCESSOS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA..... | 691 |
| | <i>Cláudio Penedo Madureira</i> | |
| 1. | Introdução..... | 692 |
| 2. | Particularidades da celebração de acordos pela Fazenda Pública..... | 694 |
| 2.1. | O regime jurídico-administrativo e a vinculação dos agentes estatais ao Direito..... | 695 |
| 2.2. | Reflexos do regime jurídico-administrativo sobre a atuação da Fazenda Pública em juízo..... | 699 |
| 2.3. | Fundamento constitucional para a disposição sobre direitos e interesses deduzidos pela Fazenda Pública em contrariedade ao Direito..... | 706 |
| 2.4. | Modalidades de conciliação abertas para a Fazenda Pública: transação ou composição do litígio?..... | 708 |
| 3. | Exercício teórico de compatibilização do rito processual ao <i>modus operandi</i> da celebração de acordos pela Fazenda Pública..... | 711 |
| 3.1. | Conciliação em processos envolvendo a Fazenda Pública: autonomia da vontade <i>versus</i> vinculação dos agentes estatais ao Direito..... | 712 |
| 3.2. | Adequação do rito processual às especificidades da formação da decisão administrativa pela disposição quanto a direitos e interesses deduzidos em juízo pela Fazenda Pública..... | 713 |
| 3.2.1. | Enfrentamento do tema a partir da tensão entre os princípios da oralidade, da informalidade e do acesso à justiça..... | 714 |
| 3.2.2. | Impossibilidade teórica de os advogados da Fazenda Pública deliberarem sobre acordos no curso da audiência..... | 716 |
| 4. | Conclusões..... | 726 |
| 5. | Referências bibliográficas..... | 727 |

JUSTIÇA MULTIPORTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL

| | |
|--|-----|
| 40. DIFFUSING DISPUTES: THE PUBLIC IN THE PRIVATE OF ARBITRATION, THE PRIVATE IN COURTS, AND THE ERASURE OF RIGHTS | 733 |
| <i>Judith Resnik</i> | |
| 1. Introduction: dispute diffusion | 734 |
| 2. The public in courts..... | 743 |
| 3. The creation and erasure of rights..... | 758 |
| 4. Locating the private and the public in arbitration..... | 774 |
| 4.1. The Paradigm of Merchants, Contracts, and Consent..... | 777 |
| 4.2. From Waffles to Cheerios: Employees, Consumers, and Obligations To Arbitrate..... | 779 |
| 5. Metrics of effective vindication, adequacy, and unconscionability..... | 789 |
| 5.1. Gateways to Judging Arbitration's Legitimacy | 789 |
| 5.2. Effective Vindication's Genesis in an "International Commercial Transaction" and Under the Supervision of the Securities and Exchange Commission..... | 796 |
| 5.3. Judicial Cost-Benefit Analyses and the Question of Collective Actions | 798 |
| 5.4. "Mass" Arbitration Clauses Without a Mass of Claims | 804 |
| 5.4.1. Public Access to, and Confidentiality in, Arbitration..... | 805 |
| 5.4.2. Accounting for Individual Consumer and Employee Arbitrations | 810 |
| 5.4.2.1. Finding the Filings..... | 811 |
| 5.4.2.2. Locating the Rules and Fee Structures..... | 818 |
| 5.4.2.3. Concerns about Compliance..... | 819 |
| 5.5. Contracting for Judges in a Market for Courts..... | 819 |
| 5.6. Regulated Arbitrations: Court-Annexed Arbitration in Federal Courts, Agency Supervision, and European Directives..... | 821 |
| 6. Conclusion: "nightmarish" scenarios and the constitution of courts..... | 825 |
| 41. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM CONTRATO DE ADESÃO E DE CONSUMO | 831 |
| <i>Joel Dias Figueira Júnior</i> | |
| Referência bibliográfica | 841 |
| 42. A ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM ANTES DA CONTESTAÇÃO NO CPC/2015 | 843 |
| <i>Suzana Santi Cremasco, Daniel Freitas Drumond Bento e Leonardo Sette Abrantes Fioravante</i> | |
| 1. Considerações iniciais | 844 |
| 2. O sistema arbitral brasileiro | 845 |
| 2.1. Efeitos positivos e negativos da convenção de arbitragem..... | 846 |
| 2.2. O princípio da competência-competência..... | 847 |
| 2.3. Poder Judiciário e Arbitragem: as raras hipóteses autorizadas de intervenção..... | 847 |
| 3. A arbitragem no Código de Processo Civil de 2015 | 848 |
| 3.1. A falta da exceção de arbitragem | 849 |
| 4. A necessidade de combate das medidas antiarbitrais no Código de Processo Civil de 2015..... | 851 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 4.1. | Medidas antiarbitrais como violação da boa-fé contratual e processual..... | 851 |
| 4.2. | A desvinculação da alegação de existência da convenção de arbitragem da contestação como medida efetiva de combate às medidas antiarbitrais... | 852 |
| 5. | Considerações finais..... | 856 |
| 6. | Referências..... | 857 |
| 43. | OS “PRINCÍPIOS” DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO: UMA ANÁLISE DA RES. 125/2010 DO CNJ, DO CPC/2015 E DA LEI 13.140/2015..... | 859 |
| | <i>Ravi Peixoto</i> | |
| 1. | Aspectos iniciais da mediação e da conciliação..... | 859 |
| 2. | Os princípios e a regulação normativa da mediação e da conciliação | 862 |
| 2.1. | Princípio da independência..... | 863 |
| 2.2. | Princípio da imparcialidade e da isonomia entre as partes..... | 863 |
| 2.3. | Princípio da autonomia da vontade..... | 864 |
| 2.4. | Princípio da confidencialidade..... | 865 |
| 2.4.1. | Pessoas atingidas pelo dever de confidencialidade | 866 |
| 2.4.2. | Informações protegidas | 866 |
| 2.4.3. | Exceções à confidencialidade..... | 866 |
| 2.4.4. | Confidencialidade e poder público..... | 867 |
| 2.4.5. | Dever de informar sobre a confidencialidade..... | 868 |
| 2.4.6. | Consequências da violação da confidencialidade..... | 868 |
| 2.5. | Oralidade e informalidade..... | 868 |
| 2.6. | Decisão informada | 869 |
| 2.7. | Boa-fé | 869 |
| 2.8. | Competência..... | 870 |
| 2.9. | Respeito à ordem pública e às leis vigentes..... | 871 |
| 2.10. | Empoderamento e validação | 872 |
| 3. | Conclusão..... | 873 |
| 44. | MEDIAÇÃO..... | 875 |
| | <i>Cesar Felipe Cury</i> | |
| 1. | Introdução..... | 875 |
| 2. | A Constituição Federal, o Pós-Positivismo e o Acesso à Justiça..... | 876 |
| 3. | Acesso à Justiça, <i>Multi-Door Courthouses</i> e <i>Alternative Dispute Resolution</i> | 877 |
| 4. | Métodos Consensuais como Acesso Democrático à Solução Justa dos Conflitos..... | 878 |
| 5. | Novos Direitos e a Hiperjudicialização..... | 879 |
| 6. | Hiperjudicialização, Demandas de Massa e Acesso à Justiça..... | 879 |
| 7. | Constituição, Jurisdição, Processo e Acesso à Solução Justa – Novos Paradigmas..... | 881 |
| 8. | Processo Justo e Acesso à Solução Justa..... | 883 |
| 9. | Solução Justa e Métodos Consensuais..... | 884 |
| 9.1. | Equivalentes Processuais..... | 884 |
| 10. | O Processo como <i>Ultima Ratio</i> – Os Limites da Jurisdição..... | 885 |

| | |
|--|------------|
| 10.1. Processo Justo, Métodos Consensuais e Identidade de Princípios..... | 885 |
| 10.2. O Resgate da Solução Consensual..... | 886 |
| 10.3. Solução Consensual e o Novo Código de Processo Civil..... | 887 |
| 11. Lei n. 13140/15 e Mediação Obrigatória..... | 888 |
| 11.1. A Constitucionalidade da Mediação Obrigatória..... | 888 |
| 11.2. Mediação Obrigatória e Autonomia da Vontade..... | 889 |
| 11.3. Mediação Pré-Processual Privada – Centros Judiciários de Solução de Conflitos..... | 890 |
| 12. <i>Pre-Action Protocols</i> | 893 |
| 13. Conclusão..... | 895 |
| Bibliografia..... | 895 |
| 45. A MEDIAÇÃO COMO FORMA DE RECONHECIMENTO E EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO..... | 897 |
| <i>Brunela Vieira de Vincenzi e Ariadi Sandrini Rezende</i> | |
| 1. Introdução..... | 898 |
| 2. A mediação como alternativa de resolução de conflitos..... | 898 |
| 3. Conceito de mediação..... | 899 |
| 4. Mediação e o Novo Código de Processo Civil..... | 899 |
| 5. A emancipação do indivíduo: contribuição da Teoria Crítica..... | 900 |
| 6. A luta por reconhecimento de Axel Honneth: o amor, o direito e a solidariedade..... | 902 |
| 7. O empoderamento do indivíduo através da mediação..... | 904 |
| Conclusão..... | 905 |
| Referências bibliográficas..... | 906 |
| 46. MEDIAÇÃO PRIVADA – UM MERCADO EM FORMAÇÃO NO BRASIL..... | 907 |
| <i>Gabriela Assmar e Débora Pinho</i> | |
| 1. A trajetória da formação de mercado para a mediação privada numa visão sistêmica..... | 908 |
| 2. A interdependência entre a mediação privada e a mediação judicial..... | 911 |
| 3. O momento de escolher a mediação como método de resolução do conflito... | 913 |
| 4. Oportunidade em tempos de crise..... | 915 |
| 5. Os desafios do mercado..... | 916 |
| 6. O papel do advogado..... | 918 |
| 7. Os primeiros passos para prover serviços de mediação privada..... | 919 |
| 8. Conclusão..... | 921 |
| 47. PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A CONFIDENCIALIDADE E SUAS EXCEÇÕES NA LEI DE MEDIAÇÃO BRASILEIRA..... | 923 |
| <i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Mariana Freitas de Souza</i> | |
| 1. Considerações iniciais..... | 923 |
| 2. Dispositivos da Lei de Mediação..... | 924 |
| 3. Confidencialidade nos procedimentos que envolvam o Poder Público..... | 927 |

| | |
|---|-----|
| 48. A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE VITÓRIA: PROPOSTA DE PARCERIA ENTRE EXECUTIVO E JUDICIÁRIO | 931 |
| <i>Karime Silva Siviero e Brunela Vieira de Vincenzi</i> | |
| 1. Introdução..... | 932 |
| 2. Regulamentação e funcionamento do programa | 932 |
| 2.1. O pré-atendimento..... | 933 |
| 2.2. A Sessão Conjunta | 935 |
| 2.2.1. A questão da imparcialidade | 936 |
| 2.3. As Sessões Privadas..... | 937 |
| 2.4. A Sessão Conjunta Final e o encaminhamento à Defensoria Pública..... | 938 |
| 3. Análise de casos mediados pelo programa | 939 |
| 3.1. Primeiro caso: o posicionamento da janela da vizinha..... | 939 |
| 3.2. Segundo caso: o pensionamento do filho | 941 |
| 3.3. O Impacto Social do Programa..... | 943 |
| 4. Conclusão..... | 945 |
| Referências bibliográficas..... | 945 |
| | |
| 49. MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21) – PRIMEIRAS IMPRESSÕES | 947 |
| <i>Rafael Maffini</i> | |
| I. Notas introdutórias | 947 |
| II. Antecedentes históricos em matéria de meios alternativos de resolução de controvérsias perante a Administração Pública..... | 949 |
| III. Do emprego de meios alternativos de resolução de controvérsias em tema de licitações e contratos administrativos..... | 952 |
| IV. Questões procedimentais no emprego de meios alternativos de resolução de controvérsias em tema de licitações e contratos administrativos..... | 956 |
| V. Notas conclusivas..... | 957 |
| VI. Referências bibliográficas..... | 958 |
| | |
| 50. A JUSTIÇA MULTIORTAS NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DECORRENTES DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI 14.133/21 | 961 |
| <i>Trícia Navarro Xavier Cabral e Frederico Ivens Miná Arruda de Carvalho</i> | |
| 1. Introdução..... | 961 |
| 2. Justiça multiportas, consensualidade e poder público..... | 962 |
| 3. Dos variados métodos de solução de conflitos na lei n. 14.133/21 | 966 |
| 4. Dever de solução adequada pela Administração Pública..... | 970 |
| 5. Conciliação e mediação | 972 |
| 6. Dos comitês de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>)..... | 973 |
| 7. Da arbitragem | 975 |
| 8. Conclusões..... | 977 |
| 9. Referências bibliográficas..... | 977 |

| | |
|--|------|
| 51. JUSTIÇA MULTIPORTAS NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA..... | 981 |
| <i>Claudio Madureira</i> | |
| 1. Introdução..... | 981 |
| 2. A justiça multiportas e a sua recepção pelo direito brasileiro | 983 |
| 3. A resolução de controvérsias relativas a licitações e contratações públicas pelo método autocompositivo..... | 986 |
| 3.1. A técnica da conciliação..... | 987 |
| 3.2. A técnica da mediação..... | 988 |
| 3.3. A distinção conceitual entre a conciliação e a mediação | 989 |
| 4. A resolução de controvérsias relativas a licitações e contratações públicas mediante intervenção de comitês de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>)..... | 991 |
| 5. A resolução de controvérsias relativas a licitações e contratações públicas por heterocomposição arbitral..... | 992 |
| 6. À guisa de conclusão..... | 1000 |
| 7. Referências bibliográficas..... | 1003 |
| 52. A MEDIAÇÃO NOS ESPORTES: ASPECTOS GERAIS E O CASO DO TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE (TAS)..... | 1009 |
| <i>Pedro Fida e Marcos Motta</i> | |
| 1. Introdução..... | 1009 |
| 2. Esporte: uma complexa indústria..... | 1010 |
| 3. Tipos de Conflitos Recorrentes nos Esportes..... | 1010 |
| 3.1. Conflitos Submetidos a Processos Adjudicantes | 1011 |
| 3.2. Conflitos Submetidos a Processos Autocompositivos..... | 1012 |
| 4. Mediação nos Esportes..... | 1013 |
| 4.1. Estudo de caso: Woodhall v. Warren..... | 1016 |
| 4.2. Vantagens da Mediação nos Esportes: Aspectos Gerais | 1017 |
| 5. Tribunal Arbitral do Esporte (“TAS”): Estrutura e Funcionamento..... | 1018 |
| 6. Mediação no TAS..... | 1019 |
| 7. Conclusão..... | 1021 |
| 53. JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO VÍTIMA-OFENSOR NO SISTEMA CRIMINAL..... | 1023 |
| <i>Ilana Martins Luz</i> | |
| 1. Considerações iniciais: breves comentários sobre o paradigma restaurativo..... | 1023 |
| 2. Os processos restaurativos | 1029 |
| 2.1. O conceito de mediação..... | 1030 |
| 2.2. Espécies de mediação..... | 1032 |
| 3. A mediação e a justiça restaurativa..... | 1035 |
| 4. Fases de utilização do processo mediativo | 1040 |
| 5. Considerações finais..... | 1042 |
| 54. A MEDIAÇÃO E OS CONFLITOS DE CONSUMO..... | 1045 |
| <i>Guilherme M. Martins</i> | |
| 1. Introdução. A evolução da mediação no Brasil..... | 1045 |

| | | |
|------------|--|-------------|
| 2. | O direito do consumidor como direito fundamental e a viabilidade da aplicação das técnicas alternativas de solução de conflitos..... | 1052 |
| 3. | A experiência brasileira..... | 1054 |
| 4. | Conclusão..... | 1056 |
| 5. | Bibliografia..... | 1056 |
| 55. | O CONFLITO E A MEDIAÇÃO NAS RELAÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA: UMA NOVA PERSPECTIVA SOB O VIÉS DA ALTERIDADE E DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... | 1059 |
| | <i>Camila Stangherlin e Rafael Calmon Rangel</i> | |
| | Considerações iniciais..... | 1059 |
| 1. | O acesso à justiça e os meios alternativos para o tratamento de conflitos..... | 1060 |
| 1.1. | Acesso à Justiça – Breves Considerações..... | 1060 |
| 1.2. | Mas, afinal, o que é o Conflito?..... | 1061 |
| 1.3. | Mecanismos Alternativos para o Tratamento de Conflitos..... | 1063 |
| 2. | A mediação como método eficaz para a solução de conflitos..... | 1064 |
| 2.1. | A Alteridade como Desafio..... | 1067 |
| 3. | Relações familiares: a mediação como forma de tratar conflitos em juízo e fora dele..... | 1068 |
| | Considerações finais..... | 1074 |
| | Referências..... | 1074 |
| 56. | NOVO CPC, LEI DE MEDIAÇÃO E OS MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES – POR UM MODELO MULTIPORTAS..... | 1077 |
| | <i>Dierle Nunes, Natanael Lud Santos e Silva, Walsir Edson Rodrigues Júnior e Moisés Mileib de Oliveira</i> | |
| 1. | A família em (re)construção..... | 1078 |
| 2. | Especificidades dos conflitos familiares..... | 1081 |
| 3. | Novo CPC e Modelo Multiportas..... | 1083 |
| 4. | Lei nº 13.140/2015..... | 1090 |
| 5. | Conclusão..... | 1093 |
| | Referências bibliográficas..... | 1094 |
| 57. | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR..... | 1097 |
| | <i>Fernanda Vasconcelos Gueiros Bernardes de Azevedo e Maria Carolina Vargas Simões</i> | |
| | Introdução..... | 1097 |
| 1. | O sistema de solução de controvérsias internacionais..... | 1099 |
| 2. | A convenção das nações unidas para o direito do mar e o sistema de solução de controvérsias..... | 1101 |
| 2.1. | Limites e exceções à aplicação da Seção 2, relativa aos procedimentos compulsórios conducentes a decisões obrigatórias..... | 1107 |
| 2.2. | O tribunal internacional para o direito do mar..... | 1111 |
| 3. | Considerações finais..... | 1117 |

| | |
|---|------|
| 4. Referências bibliográficas..... | 1118 |
| Abreviaturas e Siglas..... | 1121 |
| 58. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ELEITORAL | 1123 |
| <i>Armando Antonio Sobreiro Neto e Eduardo Cambi</i> | |
| 1. Introdução..... | 1124 |
| 2. Improbidade administrativa eleitoral..... | 1124 |
| 3. Independência das esferas jurídicas e a teoria do diálogo das fontes..... | 1128 |
| 4. Compromisso de ajustamento de conduta e meios autocompositivos na Justiça Eleitoral..... | 1131 |
| 5. Acordo de não persecução cível na improbidade administrativa eleitoral..... | 1133 |
| 5.1. Possibilidade de acordo de não persecução cível na improbidade administrativa..... | 1134 |
| 5.2. Legitimidade para a celebração do acordo de não persecução cível na improbidade administrativa..... | 1136 |
| 5.3. Elementos do acordo de não persecução cível..... | 1137 |
| 5.4. Autonomia da vontade e discricionariedade motivada..... | 1139 |
| 5.5. Necessidade de homologação do acordo de não persecução cível..... | 1141 |
| 5.6. Acordo de não persecução cível no curso do processo de improbidade administrativa..... | 1145 |
| 5.7. Sanções passíveis de negociação no acordo de não persecução de improbidade administrativa eleitoral..... | 1148 |
| 6. Conclusão..... | 1153 |
| 7. Referências..... | 1153 |
| 59. O SISTEMA MULTIPORTAS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O LIVRE TRÂNSITO DE TÉCNICAS DO PROCEDIMENTO COMUM PARA O PROCEDIMENTO ESPECIAL | 1157 |
| <i>Marcelo Mazzola e Rodrigo Freitas Câmara</i> | |
| 1. Considerações iniciais..... | 1157 |
| 2. O sistema multiportas | 1159 |
| 3. A interface entre a recuperação judicial e o sistema multiportas | 1161 |
| 4. Importação de técnicas do procedimento comum para a recuperação judicial.. | 1164 |
| 5. Conclusão..... | 1166 |
| 6. Referências bibliográficas..... | 1167 |
| 60. A NEGOCIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A LEI Nº 14.112/2020: JUSTIÇA MULTIPORTAS? | 1169 |
| <i>Luis Felipe Spinelli e Otávio Augusto Dal Molin Domit</i> | |
| 61. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO JUDICIAIS EM CONFLITOS EMPRESARIAIS | 1179 |
| <i>Trícia Navarro Xavier Cabral, Hiasmine Santiago e Renan Sena Silva</i> | |
| Introdução..... | 1179 |
| 1. Características dos conflitos de natureza empresarial..... | 1183 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 2. | A resposta do CNJ à crise pandêmica..... | 1188 |
| 3. | O tratamento de conflitos empresariais no CNJ na Lei nº 14.112/2020..... | 1190 |
| 4. | A especialização dos conciliadores e mediadores judiciais..... | 1194 |
| 5. | A formação dos facilitadores em matéria empresarial..... | 1195 |
| | Conclusão..... | 1198 |
| | Referências bibliográficas..... | 1198 |
| 62. | INCLUSÃO DE REGRAS ESPECÍFICAS NA LEI Nº 11.101/2005 SOBRE O EMPREGO DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA..... | 1205 |
| | <i>Antonio Evangelista de Souza Netto e Samantha Mendes Longo</i> | |
| 1. | Introdução..... | 1206 |
| 2. | Novas regras da Lei nº 11.101/2005 Sobre o emprego da mediação e da conciliação nos processos de recuperação judicial..... | 1206 |
| 2.1. | Dispositivos específicos sobre mediação e conciliação incluídos na LREF pela reforma..... | 1209 |
| 2.1.1. | Alcance da incidência das novas normas..... | 1209 |
| 2.1.2. | Elenco exemplificativo de hipóteses de utilização dos meios autocompositivos..... | 1209 |
| 2.1.3. | Efeitos jurídicos dos acordos realizados nos procedimentos autocompositivos..... | 1210 |
| 2.1.4. | Utilização de plataformas digitais..... | 1211 |
| 2.1.5. | Suspensão dos procedimentos processuais..... | 1211 |
| 2.1.6. | Obtenção de tutela cautelar de urgência..... | 1212 |
| 2.1.7. | Negociação ganha-ganha..... | 1213 |
| 2.2. | Outras disposições da LREF que contribuem para a resolução consensual..... | 1214 |
| 3. | Regras complementares previstas na recomendação CNJ nº 58/2019..... | 1215 |
| 4. | Conclusão..... | 1216 |
| | Referências..... | 1217 |
| 63. | MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS COMO UMA DAS PORTAS DE ACESSO E DE SAÍDA DA JURISDIÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: UMA ANÁLISE DE CASO DO ACORDO FIRMADO NA ADO 25 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... | 1219 |
| | <i>Diego Viegas Veras</i> | |
| 1. | Introdução..... | 1219 |
| 2. | Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25..... | 1221 |
| 3. | Métodos autocompositivos como uma das portas de acesso e de saída da jurisdição dos Tribunais Superiores..... | 1227 |
| 4. | Conclusão..... | 1231 |
| | Referências..... | 1232 |
| 64. | AUTOCOMPOSIÇÃO EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... | 1235 |
| | <i>Hermes Zaneti Jr., Francisco Martinez Berdeal e Daniela Bermudes Lino</i> | |
| 1. | Introdução: a jurisdição como <i>ultima ratio</i> , autocomposição em direitos indisponíveis e o controle de constitucionalidade..... | 1235 |

| | | |
|----|---|------|
| 2. | Autocomposição no Supremo Tribunal Federal: possibilidade | 1240 |
| 3. | Perda do objeto e interpretação conforme à Constituição | 1246 |
| 4. | Conclusões parciais..... | 1247 |